

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8050928-61.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: RISTAMES AMORIM CORREA DE OLIVEIRA e outros Advogado (s): MAIRA CONCEICAO OLIVEIRA DE BARROS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BOM JESUS DA LAPA – BA Advogado (s): ACORDÃO EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS (ART. 33, DA LEI 1.343/2006) E POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. (LEI 10.826/2003). ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS NA DECISÃO QUE DETERMINOU O CÁRCERE CAUTELAR. NÃO ACOLHIDA. DECISÃO FUNDAMENTADA. INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE VERIFICADOS. DECRETO FUNDAMENTADO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO OCORRÊNCIA. PARECER MINISTERIAL PELA DENEGACÃO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. O Instituto do Habeas Corpus, consagrado em praticamente todas as nações do mundo, no direito brasileiro com previsão expressa no art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal, bem como no Regimento Interno do Tribunal de Justiça da Bahia (art. 256 e ss.), ganhou status na doutrina de ação autônoma de impugnação e tem como pilar garantir a liberdade ante a existência de eventual constrangimento ilegal, seja quando já há lesão à liberdade de locomoção, seja quando o paciente está ameaçado de sofrer restrição ilegal a esta liberdade. 2. De acordo com os fatos narrados na exordial, o paciente “foi preso no dia 03/08/2024, em suposto flagrante delito pela prática dos crimes tipificados nos artigos 33, caput, e 35, ambos da Lei nº 11.343/2006 (tráfico de drogas e associação para o tráfico), além do artigo 14, da Lei 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido), havendo a conversão da prisão em flagrante em preventiva, em 04/08/2024”, consoante decisão constante ao id. 456529506 dos autos do APF nº 8002567-29.2024.8.05.0027. 3. O presente writ tem como questão nuclear o suposto constrangimento ilegal sofrido pelo paciente, preso desde 03 de agosto de 2024, diante da alegada ausência de fundamentação da decisão que manteve a prisão preventiva e da inexistência dos requisitos ensejadores da prisão cautelar. Outrossim, na peça exordial, a impetrante suscita a existência de condições pessoais favoráveis ao paciente. 4. Compulsando o caderno processual, ao contrário do que fora defendido pela impetrante, o decisum de primeiro grau, ora vergastado, possui fundamentação idônea a justificar a necessidade da custódia cautelar do paciente. O Juízo Primevo apontou os indícios de materialidade e autoria, bem como ressaltou a necessidade da prisão para garantir a ordem pública. 5. No caso em apreço, conforme narrado pelo Ministério Público no bojo do APF 8002567-29.2024.8.05.0027, “no dia 03 de agosto de 2024, por volta das 16h30min, na Rua Josefino de Castro, bairro Amaralina, em Bom Jesus da Lapa/BA, prepostos da Polícia Militar em ronda ostensiva, se depararam com um indivíduo em atitude suspeita em frente a uma residência, razão pela qual procederam com abordagem pessoal. Na ocasião, fora encontrado na posse do indivíduo identificado como RISTAMES AMORIM CORREA DE OLIVEIRA, ora flagrantado, 17 (dezessete) papetes de substância entorpecente do tipo maconha, 02 (duas) munições intactas e 03 (três) munições deflagradas calibre 380, bem como a quantia de R\$ 11.882,00 (onze mil oitocentos e oitenta e dois reais). Ouvido em sede policial, o flagrantado informa que a quantia encontrada em seu poder é proveniente do recolhimento do dinheiro da venda de drogas. Assevera que faz parte da facção, tendo sido inserido pelo indivíduo conhecido como “cabeça ou crânio” – Paulo Sérgio. Alega que ganha R\$ 600,00 (seiscentos e 100 reais) por semana para essa função – recolhimento do dinheiro. Ademais,

afirma que as drogas apresentadas não lhe pertencem". 6. Assim, no que concerne à materialidade e autoria do crime, deve-se observar que o Paciente foi preso em flagrante de posse das drogas ilícitas (0,02 quilograma de maconha), porte ilegal de munições de arma de uso permitido (duas munições intactas e três munições deflagradas), e na posse de valores monetários (R\$ 11.882,00 – onze mil oitocentos e oitenta e dois reais), conforme descrito no auto de exibição e apreensão, constante do id 456533284, fl. 12, dos autos de origem. Ademais, tem-se os depoimentos prestados pelas testemunhas, bem como o interrogatório do paciente, que descrevem que ele foi abordado na posse do material ilícito. 7. Depreende-se, assim, que foram demonstrados indícios mínimos do crime, aptos a apontar a materialidade e autoria delitivas, necessárias para fundamentar o cárcere cautelar. 8. Quanto ao periculum libertatis, o argumento do Magistrado fora a garantia da ordem pública. Depreende-se, assim, que a decisão primeva encontra-se suficientemente fundamentada, baseando na gravidade concreta do delito, em especial a existência de munições deflagradas e a informação, prestada pelo próprio paciente em seu interrogatório, de que ele integra a facção criminosa denominada "Tudo 3". 9. A impetrante suscita, também, argumentos sobre as condições pessoais do paciente, a exemplo da primariedade, residência fixa, trabalho e bons antecedentes, com o objetivo ter revogada a prisão preventiva decretada contra o paciente. Porém, os documentos colacionados ao caderno processual não demonstram com certeza que o custodiado reside no endereço constante dos autos ou mesmo que tenha um trabalho formal, haja vista constar dos autos, apenas, um comprovante de residência em nome de terceiro (genitor dosem demonstração de qualquer correlação com o paciente) e uma certidão de antecedentes criminais emitida pela polícia federal. Não há qualquer comprovante de que o paciente se encontra atualmente, de fato, empregado, uma vez que os documentos apenas anunciam vínculos já encerrados. Ademais, o entendimento prevalente no Superior Tribunal de Justiça é de que a existência de condições pessoais favoráveis não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes um dos requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema. 10. Diante desta conjuntura, levando em consideração a presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, não há que se falar em aplicação de medidas cautelares diversas à prisão, razão pela qual fica tal pleito, igualmente, rechaçado. 11. Parecer ministerial pelo conhecimento do writ e denegação da ordem. 12. HABEAS CORPUS CONHECIDO E ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8050928-61.2024.8.05.0000, em que figura como impetrante MAIRA CONCEIÇÃO OLIVEIRA DE BARROS e como paciente RISTAMES AMORIM CORREA DE OLIVEIRA. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em CONHECER e DENEGAR A ORDEM MANDAMENTAL, nos termos do voto do Relator. Sala das Sessões, Presidente Des. Geder Luiz Rocha Gomes Relator Procurador (a) de Justiça PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 9 de Setembro de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8050928-61.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: RISTAMES AMORIM CORREA DE OLIVEIRA e outros Advogado (s): MAIRA CONCEICAO OLIVEIRA DE BARROS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BOM JESUS DA LAPA – BA Advogado (s): RELATÓRIO Versam os presentes autos sobre

Habeas Corpus, impetrado por MAIRA CONCEIÇÃO OLIVEIRA DE BARROS em favor de RISTAMES AMORIM CORREA DE OLIVEIRA, contra ato do JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BOM JESUS DA LAPA/BA, ora apontado como autoridade coatora, objetivando a revogação da prisão preventiva do Paciente. Informa a Impetrante que o paciente foi preso no dia 03/08/2024, em suposto flagrante delito pela prática dos crimes tipificados nos artigos 33, caput, e 35, ambos da Lei nº 11.343/2006 (tráfico de drogas e associação para o tráfico), além do artigo 14, da Lei 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido), havendo a conversão da prisão em flagrante em preventiva, em 04/08/2024, consoante decisão constante ao id. 456529506 dos autos do APF nº 8002567-29.2024.8.05.0027. Aduz que o paciente possui residência fixa, “é primário e de bons antecedentes, não ostentando qualquer anotação em sua FAC ou CAC, conforme documentação anexa. Durante anos trabalhou de forma lícita, com a carteira assinada desde 21/05/2008, conforme cópia da CTPS ora anexada. Teve seu último vínculo trabalhista registrado na CTPS durante o período de 20/03/2014 – 02/08/2023, ou seja, permaneceu na mesma empresa por quase 10 anos consecutivos.” Informa que “o paciente, atualmente, trabalha com sua mãe, a Sra. Selma, na banca em frente à residência da família, vendendo acarajé” e que, em relação ao seu último vínculo, encontra-se em andamento uma reclamação trabalhista, registrada sob de nº 0000360-19.2024.5.05.0651, na qual há uma audiência de instrução designada para o dia 28/08/2024, às 09h50, na forma telepresencial. Ressalta que “conforme informado pelo próprio paciente em seu depoimento perante a autoridade policial, a droga mencionada é de origem desconhecida”. Argumenta que “o indivíduo quando é voltado ao crime, normalmente inicia sua “carreira” criminoso bem cedo, ainda menor. No presente caso, o paciente conta com a idade de 36 (trinta e seis) anos e jamais foi preso ou apreendido quando menor, o que já demonstra não ser o mesmo dado as referidas práticas”. Defende que a decisão recorrida carece de fundamentação, “pois não apontou elementos do caso concreto que justificassem a necessidade da medida extrema, argumentando, que o acautelamento se justifica pela garantia da ordem pública, pela gravidade dos delitos e pelo risco concreto de reiteração de criminoso o que, a nosso entender, afronta o disposto no art. 93, inciso IX, da CR/88”. Destaca que “com o advento da Lei nº 12.403/11, a prisão cautelar, durante o transcurso do processo, tornou-se exceção, devendo ser decretada somente em situações extremas, quando as circunstâncias do caso indicarem a sua real necessidade e adequação. Assim, não basta apenas a presença dos requisitos previstos nos artigos 312 e 313 do CPP para a manutenção da prisão preventiva de qualquer agente, mas é necessário que seja observado o disposto no art. 282 do CPP”. Assevera que “No caso em tela, patente é a inexistência do periculum in libertatis, cabendo ressaltar que a medida cautelar só deve prosperar diante da existência de absoluta necessidade de sua manutenção e caso subsista os dois pressupostos basilares de todo provimento cautelar, ou seja, o fumus boni iuris e o periculum in mora, devendo haver a presença simultânea dos dois requisitos, de modo que, ausente um, é ela incabível.”, Em sua defesa destaca: “o que aqui se analisa, neste momento, é apenas a necessidade da prisão preventiva do paciente, não se questionando a importância da apuração da prática do delito que lhe é imputado ou sua eventual punição, caso constatadas provas suficientes de sua materialidade e autoria no processamento da ação penal”. Requer, assim, seja concedida, liminarmente, a ordem de Habeas Corpus em favor do Paciente, ante o constrangimento ilegal a que vem sendo

submetido, expedindo-se o competente alvará de soltura; e, no mérito, que seja deferido o writ, concedendo-se ao Paciente, em definitivo, ordem de Habeas Corpus, determinando a sua soltura. Distribuído a esta Colenda Câmara Criminal, coube-me sua relatoria. Em decisão de id 67547159, foi indeferido o requerimento antecipatório neste writ, bem como foram solicitadas informações à autoridade impetrada, que as prestou ao id. 67911999. Outrossim, enviados os autos à Douta Procuradoria de Justiça, para manifestação, a ilustre Procuradora de Justiça Lícia Maria de Oliveira opinou pelo conhecimento e denegação da ordem, nos termos do parecer ministerial de id. 68230313. Assim, examinados os autos, lancei o presente relatório, encaminhando-os à Secretaria da Segunda Câmara Criminal, para inclusão do feito em pauta, salientando, por oportuno, que o presente processo é passível de sustentação oral, nos termos do art. 187, inc. II, do Regimento Interno deste Tribunal. Salvador/BA, 29 de agosto de 2024. Des. Geder Luiz Rocha Gomes – 2ª Câmara Crime 1ª Turma Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8050928-61.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: RISTAMES AMORIM CORREA DE OLIVEIRA e outros Advogado (s): MAIRA CONCEICAO OLIVEIRA DE BARROS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BOM JESUS DA LAPA – BA Advogado (s): VOTO 1. Do cabimento O instituto do Habeas Corpus, consagrado em praticamente todas as nações do mundo, encontra previsão expressa no direito brasileiro no art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal¹. Em âmbito interno, seu procedimento está previsto nos artigos 2562 e seguintes do Regimento Interno do TJ-BA. A expressão possui origem etimológica no latim: habeo/habere significa exibir ou trazer e corpus/corporis significa corpo, ou seja, apresentar/mostrar o corpo de quem estava privado de sua liberdade ao julgador para que este pudesse averiguar a regularidade da prisão. Possui status de ação autônoma de impugnação, tendo como pilar garantir a liberdade ante a existência de eventual constrangimento ilegal, seja quando já há lesão à liberdade de locomoção, seja quando o paciente está ameaçado de sofrer restrição ilegal a esta liberdade. Ao tratar da origem desse remédio constitucional Ingo Wolfgang Sarlet³, assim leciona: “Apontados também como antecedentes históricos o interdictum de homine libero exibendo romano, o procedimento de manifestación de personas aragonês e a carta de seguro lusitana, a origem mais direta do habeas corpus decorre da prática judicial inglesa a partir do século XIII. Dentre as garantias outorgadas pelo Rei João Sem-Terra, em 1215, aos barões ingleses, por meio da Magna Charta Libertatum, destacou-se o instrumento do writ of habeas corpus ad subjiciendum, voltado à imediata apresentação do preso em juízo, com a finalidade de apreciação da regularidade do encarceramento. Aperfeiçoada a prática com o passar do tempo, surgiram os Habeas Corpus Acts de 1679 e de 1816. Da Inglaterra, o instrumento foi levado aos Estados Unidos, onde ganhou, em 1787, status constitucional. No Brasil, foi o Código Criminal do Império, de 1832, o primeiro ato normativo a prever o writ, já que a Constituição de 1824, apesar de tutelar o direito à liberdade, deixou de contemplar a figura do habeas corpus. Em 1871, a Lei n. 2.033 estendeu a garantia aos estrangeiros e, posteriormente, a Constituição de 1891 inaugurou a história constitucional do instituto.” Acerca da evolução do referido instituto no ordenamento jurídica pátrio, seguem os ensinamentos do Ministro Gilmar Mendes⁴: “O habeas corpus configura proteção especial tradicionalmente oferecida no sistema constitucional brasileiro. Não constava, porém, da Constituição de 1824, tendo sido contemplado,

inicialmente, no Código de Processo Criminal, de 1832, e posteriormente ampliado com a Lei n. 2.033, de 1871. A Constituição de 1891 estabeleceu, no art. 72, § 22: “dar-se-á habeas corpus sempre que o indivíduo sofrer violência, ou coação, por ilegalidade, ou abuso de poder”. A formulação ampla do texto constitucional deu ensejo a uma interpretação que permitia o uso do habeas corpus para anular até mesmo ato administrativo que determinara o cancelamento de matrícula de aluno em escola pública, para garantir a realização de comícios eleitorais, o exercício de profissão, dentre outras possibilidades. A propósito, observam Ada Pellegrini, Gomes Filho e Scarance Fernandes: “Na verdade, três posições firmaram-se com o advento da Constituição republicana: alguns, como Rui Barbosa, sustentavam que a garantia deveria ser aplicada em todos os casos em que um direito estivesse ameaçado, manietado, impossibilitado no seu exercício por abuso de poder ou ilegalidade; em sentido oposto, afirmava-se que o habeas corpus, por sua natureza e origem histórica, era remédio destinado exclusivamente à proteção da liberdade de locomoção; e finalmente, uma terceira corrente, vencedora no seio do Supremo Tribunal Federal, propugnava incluir na proteção do habeas corpus não só os casos de restrição da liberdade de locomoção, como também as situações em que a ofensa a essa liberdade fosse meio de ofender outro direito. Assim, exemplificava Pedro Lessa: quando se ofende a liberdade religiosa, obstando que alguém penetre no templo, tem cabimento o habeas corpus, pois foi embaraçando a liberdade de locomoção que se feriu a liberdade religiosa; quando se ofende a liberdade religiosa, porque se arrasam as igrejas, ou se destroem os objetos do culto, não é possível requerer o remédio, porque aí não está em jogo a liberdade de locomoção das pessoas” [68]. Esse desenvolvimento foi cognominado de “doutrina brasileira do habeas corpus”. Em 1926, o habeas corpus teve seu âmbito de proteção reduzido, ficando vedada a sua aplicação para proteção de outros direitos que não a liberdade de ir e vir (“Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofre violência por meio de prisão ou constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção”). Todas as demais Constituições brasileiras, sem qualquer exceção, incorporaram a garantia do habeas corpus (Constituição de 1934, art. 113, n. 23; Constituição de 1937, art. 122, n. 16; Constituição de 1946, art. 141, § 23; Constituição de 1967/69, art. 150, § 20). Durante todo esse tempo, essa garantia somente foi suspensa pelo Ato Institucional n. 5, de 1968, no que concerne aos crimes políticos, contra a segurança nacional, contra a ordem econômica e social e contra a economia popular.” Ainda sobre a origem e evolução do Habeas Corpus, Dante Busana⁵ assevera com maestria: “Criatura da common law, o habeas corpus tem história curiosa. Evoluiu no curso dos séculos, lentamente, como evolui a sociedade, com avanços e recuos, até consolidar-se como suprema garantia do indivíduo contra detenções ilegais” (...) “A doutrina inglesa vê no habeas corpus um writ de prerrogativa (prerogative writ) com aplicação predominante sobre qualquer espécie de processo. De caráter extraordinário e natureza subsidiária, porém, fica seu cabimento excluído quando exista outro meio eficaz de proteger a liberdade de locomoção” (...) “Produto de importação, planta exótica maturada lentamente em contexto cultural diverso, sem deixar de ser meio eficiente de controle do poder, o habeas corpus ajustou-se ao novo ambiente, nacionalizou-se, adquiriu características próprias e lançou raízes em nossa consciência jurídica, nunca merecendo as justas críticas feitas a outros institutos para aqui transplantados. Suas transformações acompanharam às da sociedade brasileira e suas crises coincidiram com as de nossas liberdades públicas,

de que se tornou símbolo e medida” Na melhor dicção do Professor Gaúcho Aury Lopes Júnior⁶: “O habeas corpus brasileiro é uma ação de natureza mandamental com status constitucional, que cumpre com plena eficácia sua função de proteção da liberdade de locomoção dos cidadãos frente aos atos abusivos do Estado, em suas mais diversas formas, inclusive contra atos jurisdicionais e coisa julgada. A efetiva defesa dos direitos individuais é um dos pilares para a existência do Estado de Direito, e para isso é imprescindível que existam instrumentos processuais de fácil acesso, realmente céleres e eficazes.” Acrescenta o citado autor⁷: “A ação destina-se a garantir o direito fundamental à liberdade individual de ir e vir (liberdade deambulatoria). Quando se destina a atacar uma ilegalidade já consumada, um constrangimento ilegal já praticado, denomina-se habeas corpus liberatório (sua função é de liberar da coação ilegal). Mas o writ também pode ser empregado para evitar a violência ou coação ilegal em uma situação de iminência ou ameaça. Nesse caso, denomina-se habeas corpus preventivo. É importante sublinhar que a jurisprudência prevalente (inclusive no STF) é no sentido de que não terá seguimento o habeas corpus quando a coação ilegal não afetar diretamente a liberdade de ir e vir. Neste sentido, entre outros, estão as Súmulas 693 e 695 do STF.” Para Renato Brasileiro⁸: “desde que subsista constrangimento ilegal à liberdade de locomoção, o habeas corpus poderá ser utilizado a qualquer momento, inclusive após o trânsito em julgado de sentença condenatória ou absolutória imprópria”. Prossegue Busana⁹ trazendo à baila a previsão do Instituto do Habeas Corpus, na Constituição Cidadã de 1988, reafirmando o seu prisma eminentemente constitucional, senão vejamos: “Na Constituição brasileira de 5 de outubro de 1988, como nas que a precederam na república, o habeas corpus figura sob o título ‘Dos Direitos e Garantias Fundamentais’ (Título II, Capítulo I), a sugerir que a Carta Magna, na linha das antecessoras, considerou coisas diversas os direitos e as garantias embora sem traçar-lhes a distinção. Distinção que Rui Barbosa fez com a habitual maestria e a doutrina moderna continua a agasalhar. Assim, escreve Jorge Miranda: ‘Os direitos representam por si só certos bens, as garantias destinam-se a assegurar a fruição desses bens; os direitos são principais, as garantias são acessórias e, muitas delas, adjetivas (ainda que possam ser objeto de um regime constitucional substantivo); os direitos permitem a realização das pessoas e inserem-se direta e imediatamente, por isso, nas respectivas esferas jurídicas, as garantias só nela se projetam pelo nexos que possuem com os direitos.’ E prossegue: ‘As liberdades são formas de manifestação das pessoas; as garantias pressupõem modos de estruturação do Estado; as liberdades envolvem sempre a escolha entre o ‘facere’ e o ‘non facere’ ou entre agir e não agir em relação aos correspondentes bens, têm sempre uma dupla face – positiva e negativa; as garantias têm sempre um conteúdo positivo, de atuação do Estado ou das próprias pessoas. As liberdades valem por si; as garantias têm função instrumental e derivada” Em relação aos requisitos de admissibilidade desta ação constitucional, curial trazer aos autos, novamente, a doutrina de Renato Brasileiro¹⁰: Sobre o interesse de agir: “Para que o habeas corpus possa ser utilizado, o texto constitucional exige que alguém sofra ou se ache ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção em virtude de constrangimento ilegal”. p.1851 Sobre a possibilidade jurídica do pedido: “O pedido formulado pela parte deve referir-se a uma providência admitida pelo direito objetivo, ou seja, o pedido deve encontrar respaldo no ordenamento jurídico, referindo-se a uma providência permitida em abstrato pelo direito objetivo.” p.1859

Sobre a legitimidade ativa e passiva: “Em sede de habeas corpus, é importante distinguir as figuras do impetrante e do paciente. O legitimado ativo, leia-se, impetrante, é aquele que pede a concessão da ordem de habeas corpus, ao passo que paciente é aquele que sofre ou que está ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.” p.1860 “(...) o legitimado passivo no âmbito do habeas corpus – autoridade coatora ou coator – é a pessoa responsável pela violência ou coação ilegal à liberdade de locomoção do paciente. “ p.1866 In casu, verificada a presença dos requisitos de admissibilidade exigidos para o manejo desta ação constitucional de habeas corpus, esta deverá ser conhecida, razão pela qual passo à análise do mérito. 2. Do mérito O presente writ tem como questão nuclear o suposto constrangimento ilegal sofrido pelo paciente, diante da ausência de fundamentação da decisão que converteu a sua prisão em flagrante em prisão preventiva, bem como pela ausência dos requisitos ensejadores do acautelamento provisório. A Constituição Federal, em seu art. 5º, LXI11, traz a previsão de que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei. Nas palavras de Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho12: “O dispositivo examinado, portanto, integra a tradição constitucional do direito brasileiro de exigir a reserva de jurisdição para a decretação de prisão, com exceção do flagrante delito e das infrações militares.” A legislação processual penal dispõe que a prisão cautelar é medida excepcional, somente sendo justificada se presentes os requisitos autorizadores descritos no art. 312 do Código de Processo Penal, quais sejam: o *fumus comissi delicti*, consubstanciado na prova da materialidade e indícios de autoria delitivas, e o *periculum libertatis*, possíveis de serem aferidos na necessidade de garantia da ordem pública e econômica, na conveniência da instrução criminal ou na imprescindibilidade de assegurar a aplicação da lei penal. Art. 312 – A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente da autoria. Voltando olhares ao caso em análise, constata-se que o presente writ tem como questão nuclear o possível constrangimento ilegal ao direito de locomoção do paciente, tendo em vista que o impetrante alega que a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva foi proferida sem observância dos requisitos legais autorizadores do cárcere cautelar. Como é sabido, o dever de fundamentação das decisões judiciais encontra-se insculpido no art. 93, inciso IX9, da Constituição Federal, sendo requisito de validade dos referidos atos judiciais. É exigência necessária e legítima, cuja observância permite a sindicância dos atos jurisdicionais pelas partes e pela sociedade. Concretizando o mandamento constitucional, dispõe o art. 315 do Código de Processo Penal: “A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada”. Consoante abalizada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: “a validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o *periculum libertatis*” (AgRg no HC n. 774.994/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 13/2/2023, DJe de 16/2/2023). A decisão que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva, proferida no APF nº

devidamente a constrição, nos termos parcialmente transcritos: Trata-se da prisão em flagrante do custodiado em epígrafe, pela prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06 e artigo 14, da Lei 10.826/2003, ocorrido no dia 03 de agosto de 2024, por volta das 16h30min, no município de Bom Jesus da Lapa – BA. Consta nos autos que, no dia 03 de agosto de 2024, por volta das 16h30min, na Rua Josefino de Castro, bairro Amaralina, em Bom Jesus da Lapa/BA, prepostos da Polícia Militar em ronda ostensiva, se depararam com um indivíduo em atitude suspeita em frente a uma residência, razão pela qual procederam com abordagem pessoal. Na ocasião, fora encontrado na posse do indivíduo identificado como RISTAMES AMORIM CORREA DE OLIVEIRA, ora flagrantado, 17 (dezesete) papелotes de substância entorpecente do tipo maconha, 02 (duas) munições intactas e 03 (três) munições deflagradas calibre 380, bem como a quantia de R\$ 11.882,00 (onze mil oitocentos e oitenta e dois reais). Ouvido em sede policial, o flagrantado informa que a quantia encontrada em seu poder é proveniente do recolhimento do dinheiro da venda de drogas. Assevera que faz parte da facção, tendo sido inserido pelo indivíduo conhecido como “cabeça ou crânio” – Paulo Sérgio. Alega que ganha R\$ 600,00 (seiscentos reais) por semana para essa função – recolhimento do dinheiro. Ademais, afirma que as drogas apresentadas não lhe pertencem, ID 456533284. A prisão preventiva, de natureza indubitavelmente cautelar, é medida excepcional, podendo ser decretada pelo magistrado em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, desde que haja real necessidade, a qual é aferida pela presença dos pressupostos previstos nos artigos 312 e 313 do CPP. Tendo em vista que as prisões cautelares são lastreadas em provas indiciárias, ou seja, provas fundadas em juízo de probabilidade, mister a presença dos pressupostos quanto à materialidade e autoria do delito – *fumus commissi delicti* – e de qualquer das situações que justifiquem o perigo em manter o status libertatis do indiciado – *periculum libertatis*, quais sejam: garantia de aplicação da lei penal, conveniência da instrução criminal, garantia da ordem pública ou econômica. Com efeito, restaram demonstrados a materialidade delitiva através do auto de apreensão, no qual consta a apreensão de 17 (dezesete) papелotes de substância entorpecente do tipo maconha, 02 (duas) munições intactas e 03 (três) munições deflagradas calibre 380, bem como a quantia de R\$ 11.882,00 (onze mil oitocentos e oitenta e dois reais), através dos laudos de exames periciais de constatação acima descritos, bem como indícios suficientes de autoria pelos depoimentos colhidos no APF. Diante da análise dos autos, conclui-se que o flagrantado não possui os requisitos legais para responder ao processo em liberdade, senão vejamos: o flagrantado foi preso pela prática dos crimes previstos 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06 e artigo 14, da Lei 10.826/2003, sendo que os delitos imputados ao flagrantado é de natureza grave, eis que apenado com reclusão e pena privativa de liberdade máxima superior a 04 anos (art. 313, I do CPP). Além disso, o próprio flagrantado confirma durante o interrogatório que trabalha para a facção “tudo 3”, recolhendo dinheiro da venda de drogas e que há quinze dias foi apresentado perante a autoridade policial por estar portando substância entorpecente do tipo maconha, ID 456533284, pg. 15/16, como também a certidão de ID 456533772, atesta que em consulta aos sistemas PJE deste Tribunal de Justiça e SEEU, F0I (RAM) encontrado (s) outro (s) processo (s) em sede criminal em tramitação em relação a RISTAMES AMORIM CORREA DE OLIVEIRA, o que demonstra que o presente fato não foi uma prática isolada em sua vida, caracterizando

reiteração delitiva. Deste modo, não há dúvidas de que, em liberdade, o acusado voltará a delinquir, configurando o risco concreto de reiteração criminosa, fato este que coloca em risco a ordem pública e autoriza a decretação da prisão preventiva. O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que a existência de ação penal em curso já justifica a prisão cautelar para afastar o risco concreto de reiteração de criminosa, como se constata infra: [...] Outrossim, cuida-se o presente APF de crime de tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico, delito equiparado a crime hediondo e de grave repercussão social, tanto no âmbito da saúde pública quanto na esfera social, sendo que o referido delito potencializa o cometimento de outros crimes como roubos e furtos. Destarte, pelos argumentos expendidos, pela necessidade de se atribuir credibilidade à justiça e de se acautelar a paz social, a prisão cautelar, pois, é necessária para garantir a ordem pública. Ademais, não há provas documentais que radique o flagranteado no distrito da culpa, como, por exemplo, a prova de endereço certo e profissão definida, tornando-se muito provável a sua fuga. Desta feita, está presente o periculum in mora indispensável à prisão cautelar, que se revela na garantia de aplicação da lei penal. [...] Registre-se, ainda, que a fuga impossibilita o andamento processual posto que o investigado/processado será citado por edital e, em não comparecendo, suspender-se-á o feito, nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal. Por este motivo, a medida extrema também é necessária para garantir a instrução processual. Neste sentido, jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: [...] Há, portanto, extrema necessidade de manter-se a prisão do flagranteado, tanto para assegurar uma integral aplicação da lei penal e garantia da instrução processual, evitando-se que, em caso de condenação, venha o flagranteado a evadir-se do distrito da culpa, condições estas previstas no art. 312 do CPP, estando, assim, presentes, neste caso, alguns dos requisitos da prisão preventiva. Finalmente, presentes os requisitos que autorizam o decreto da prisão preventiva, as medidas cautelares diversas da prisão não se mostram adequadas, tampouco suficientes, para afastar o periculum libertatis. Isto posto, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE DE RISTAMES AMORIM CORREA DE OLIVEIRA EM PREVENTIVA PARA GARANTIR A ORDEM PÚBLICA, POR CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL E ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, consoante fundamentos alhures, com fundamentos nos artigos 312 e 313 do CPP. Conforme se observa, ao contrário do que fora suscitado pela Impetrante, o decisum possui fundamentação idônea a justificar a necessidade da custódia cautelar do Paciente. Observa-se do decisum que a Magistrada apontou os indícios de materialidade e autoria, bem como ressaltou a necessidade da prisão cautelar para garantir a ordem pública. Assim, compreende-se que a decisão primeva encontra-se suficientemente fundamentada, baseando na gravidade concreta do delito, em especial a existência de munções deflagradas e a informação de que o paciente integra facção criminosa. Depreende-se que o magistrado contextualizou suas razões nos fatos constantes dos autos, decidindo, assim, com fundamentos nos elementos concretos. Portanto, deduziu as razões que formaram seu convencimento para indeferir a revogação da prisão preventiva. Busca-se, por meio da excepcionalidade da prisão cautelar, salvaguardar o princípio da presunção da não culpabilidade, também conhecido como princípio da presunção de inocência, segundo o qual ninguém pode ser considerado culpado até que haja uma sentença condenatória final. O princípio da presunção de inocência teve sua origem na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 1791, sendo

posteriormente incorporado ao artigo 11 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que previu: “Toda pessoa acusada de delito tem direito que se presuma sua inocência, enquanto não se prova sua culpabilidade, de acordo com a lei e em processo público no qual se assegurem todas as garantias para a sua defesa.” No Brasil, a presunção de inocência é considerada um princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, estando explicitamente consagrado no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal¹³, que estabelece: “Art. 5º, LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença condenatória.” O princípio da presunção de inocência, também denominado de presunção de não culpabilidade, é conceituado por Renato Brasileiro de Lima¹⁴, da seguinte forma: “o direito de não ser declarado culpado senão após o término do devido processo legal, durante o qual o acusado tenha se utilizado de todos os meios de prova pertinentes para a sua defesa (ampla defesa) e para a destruição da credibilidade das provas apresentadas pela acusação (contraditório)”. Segue afirmando¹⁵ que: “Comparando-se a forma como referido princípio foi previsto nos Tratados Internacionais e na Constituição Federal, percebe-se que, naqueles, costuma-se referir à presunção de inocência, ao passo que a Constituição Federal em momento algum utiliza a expressão inocente, dizendo, na verdade, que ninguém será considerado culpado. Por conta dessa diversidade terminológica, o preceito inserido na Carta magna passou a ser denominado de presunção de não culpabilidade”. Para Renato Brasileiro¹⁶, do princípio da presunção de inocência (ou presunção de não culpabilidade) derivam duas regras fundamentais: a regra probatória (também conhecida como regra de juízo) e a regra de tratamento. A respeito da regra de tratamento, aduz o autor que a privação cautelar da liberdade, sempre qualificada pela nota da excepcionalidade, somente se justifica em hipóteses estritas, ou seja, a regra é responder ao processo penal em liberdade, a exceção é estar preso. Com a proficiência de costume, explica que: “São manifestações claras desta regra de tratamento a vedação de prisões processuais automáticas ou obrigatórias e a impossibilidade de execução provisória ou antecipada da sanção penal. Portanto, por força da regra de tratamento oriunda do princípio constitucional da não culpabilidade, o Poder Público está impedido de agir e de se comportar em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado ou ao acusado, como se estes já houvessem sido condenados, definitivamente, enquanto não houver o fim do processo criminal. O princípio da presunção de inocência não proíbe, todavia, a prisão cautelar ditada por razões excepcionais e tendente a garantir a efetividade do processo, cujo permissivo decorre inclusive da própria Constituição (art. 5º, LXI), sendo possível se conciliar os dois dispositivos constitucionais desde que a medida cautelar não perca seu caráter excepcional, sua qualidade instrumental, e se mostre necessária à luz do caso concreto”. No caso em apreço, conforme narrado pelo Ministério Público no bojo do APF 8002567-29.2024.8.05.0027, “no dia 03 de agosto de 2024, por volta das 16h30min, na Rua Josefino de Castro, bairro Amaralina, em Bom Jesus da Lapa/BA, prepostos da Polícia Militar em ronda ostensiva, se depararam com um indivíduo em atitude suspeita em frente a uma residência, razão pela qual procederam com abordagem pessoal. Na ocasião, fora encontrado na posse do indivíduo identificado como RISTAMES AMORIM CORREA DE OLIVEIRA, ora flagrantado, 17 (dezessete) papелotes de substância entorpecente do tipo maconha, 02 (duas) munições intactas e 03 (três) munições deflagradas calibre 380, bem como a quantia de R\$ 11.882,00 (onze mil oitocentos e oitenta e dois reais). Ouvido em sede policial, o flagrantado informa que

a quantia encontrada em seu poder é proveniente do recolhimento do dinheiro da venda de drogas. Assevera que faz parte da facção, tendo sido inserido pelo indivíduo conhecido como “cabeça ou crânio” – Paulo Sérgio. Alega que ganha R\$ 600,00 (seiscentos 1 reais) por semana para essa função – recolhimento do dinheiro. Ademais, afirma que as drogas apresentadas não lhe pertencem”. No que concerne à materialidade do crime, deve-se observar que o Paciente foi preso em flagrante de posse das drogas ilícitas (0,02 quilograma de maconha), porte ilegal de munições de arma de uso permitido (duas munições intactas e três munições deflagradas), e na posse de valores monetários (R\$ 11.882,00 – onze mil oitocentos e oitenta e dois reais), conforme descrito no auto de exibição e apreensão, constante do id 456533284, fl. 12, dos autos de origem. Acerca da autoria, tem-se os depoimentos prestados pelas testemunhas, bem como o interrogatório do paciente, que descrevem que ele foi abordado na posse do material ilícito. Neste sentido, a testemunha SD/PM Anderson Luiz Freitas de Pinho relatou que: “no dia de hoje, por volta das 16:30h, estava em uma viatura padronizada, sob seu comando o SD/PM Lopes e SD/PM Juarez, efetuando ronda pela cidade, quando avistou um rapaz, um indivíduo em atitude suspeita, em frente a uma residência; qua a guarnição ao efetuar uma revista pessoal, foi encontrado em seu poder, a quantia de R\$ 11.882,00 (onze mil oitocentos e oitenta e dois reais), 17 papелotes de substância aparentando ser maconha, e 02 (duas) munições intactas e 03 (três) munições deflagradas, cal.380; que o indivíduo foi identificado como RISTAMES AMORIM CORREA DE OLIVEIRA, o qual foi conduzido e apresentado juntamente com o material descrito acima [...]” (id. 456533284, fl. 10, do APF nº 8002567-29.2024.8.05.0027) Na mesma direção, são os depoimentos constantes das outras duas testemunhas, SD/PM Juarez Souza de Carvalho e SD/PM Nilton Lopes Santana. Destaca-se ainda o interrogatório do paciente, que em sede de investigação, afirmou na delegacia: “que no dia de hoje estava em frente a sua residência, quando policiais passaram e fizeram a abordagem no interrogado; que ao ser revistado, os policiais encontraram com o interrogado, aproximadamente 12.000,00 (doze mil reais); que esse dinheiro é proveniente do “corre” que o interrogado faz, recolhendo dinheiro da venda de drogas; que trabalha para a facção tudo 3; que quem o colocou nessa jogada foi o indivíduo conhecido por Cabeça ou Crânio (Paulo Sergio), o qual foi preso recentemente; que o interrogado ganha R\$ 600,00 (seiscentos reais) por semana para fazer esse trabalho de recolhimento do dinheiro; que com relação à droga apresentada, o interrogado afirma que não reconhece; que há cerca de 15 dias foi apresentado nessa delegacia portando substância entorpecente, do tipo maconha; que está trabalhando para a facção há três semanas; que não conhece os demais integrantes; que a pessoa a quem o interrogado se reporta, após a prisão de Crânio, é um indivíduo apelidado de Gladiador; que o dinheiro apreendido foi fruto do recolhimento de hoje, vez que o interrogado tinha acabado naquela hora de fazer os “corres””. (id. 456533284, fl. 105, do APF nº 8002567-29.2024.8.05.0027) (grifos nossos) Decerto que as respostas do paciente apontam para a circunstância de que ele não atua isoladamente, mas sim integra uma facção criminosa, denominada de “Tudo 3”. Deste modo, vislumbra-se que os fatos descritos no procedimento investigativo não se apontam para uma situação isolada, compreendendo-se que eventual liberdade do paciente implicará possivelmente em reiteração delitiva. Ademais, cumpre destacar que, dentre as munições encontradas com o paciente, três delas estavam deflagradas, o que induz ao raciocínio acerca da gravidade concreta dos fatos descritos no APF. Quanto ao periculum libertatis, o

argumento para a manutenção do cárcere cautelar é a garantia da ordem pública. Entende-se por ordem pública a imprescindibilidade da manutenção da ordem na sociedade que, como regra, sofre abalos por conta da prática de um delito. Assim, sendo este grave, de repercussão, com reflexos negativos e traumáticos na vida de pessoas, de forma a propiciar àqueles que ficam sabendo da sua realização um farto sentimento de impunidade e de insegurança, cabe ao Judiciário a determinação do recolhimento do agente, conforme se observa do caso em epígrafe. Sobre a temática, leciona Basileu Garcia¹⁷: “para a garantia da ordem pública, visará o magistrado, ao decretar a prisão preventiva, evitar que o delinquente volte a cometer delitos, ou porque é acentuadamente propenso a práticas delituosas ou porque, em liberdade, encontraria os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida. Trata-se, por vezes, de criminosos habituais, indivíduos cuja vida é uma sucessão interminável de ofensas à lei penal: contumazes assaltantes da propriedade, por exemplo. Quando outros motivos não ocorressem, o intuito de impedir novas violações da lei determinaria a providência” Nestor Távora e Rosmar Rodrigues de Alencar¹⁸ asseveram que: “a ordem pública é expressão de tranquilidade e paz no seio social. Em havendo risco demonstrado de que o infrator, se solto permanecer, continuará delinquindo, é sinal de que a prisão cautelar se faz necessária, pois não se pode esperar o trânsito em julgado da sentença condenatória”. Nesta senda, impende trazer à baila como vêm decidindo os Tribunais Pátrios: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. POSSE DE ARMA DE USO RESTRITO. PRISÃO EM FLAGRANTE. CONVERSÃO EM PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DOS PRESSUPOSTO E REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO NÃO FUNDAMENTADA. INOCORRÊNCIA. LEGALIDADE E NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E EVITAR REITERAÇÃO CRIMINOSA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DO CÁRCERE. INVIABILIDADE. DENEGAÇÃO DA ORDEM. 1. Devidamente fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, para garantia da ordem pública, ante a existência de prova da materialidade e indícios suficientes de autoria nos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas, previstos nos artigos 33 e 35, da Lei 11.343/2006, e Art. 16, do Estatuto do Desarmamento, bem como para evitar a reiteração criminosa, inexiste o alegado constrangimento ilegal. 2. São inaplicáveis quaisquer medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, uma vez que as circunstâncias do delito, em tese, evidenciam a insuficiência das providências menos gravosas. 3. As alegadas condições ditas favoráveis embora existam, ela se encontram isoladas e não possuem o condão de concessão da liberdade provisória aos Paciente. 4. Ordem denegada. (TJ-AC – Habeas Corpus Criminal: 1000766-87.2019.8.01.0900 Rio Branco, Relator: Des. Pedro Ranzi, Data de Julgamento: 18/06/2019, Câmara Criminal, Data de Publicação: 19/06/2019) HABEAS CORPUS. CRIMES DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. DECRETO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUITA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA. 1 – Nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. 2 – Na situação posta, o Juízo da 2.ª Vara de Criminal de Caucaia indicou a existência de prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria. Demonstrou, ainda, a necessidade da prisão preventiva para a

garantia da ordem pública, em razão da concreta gravidade da conduta. 4 – O Paciente, conforme ressaltado no decisum, por ocasião da prisão, afirmou ser integrante da organização criminosa autodenominada "GDE", grupo estruturado e armado, dedicado, unicamente, à prática de crimes, das mais variadas espécies, bem como confessou as informações repassadas à polícia, no sentido de que havia, nas proximidades, várias indivíduos do seu grupo criminoso, todos armados, "tendo em vista que sofreram um atentado da facção criminosa rival COMANDO VERMELHO no domingo de carnaval". Destacou ainda as circunstâncias concretas colhidas no momento da prisão (como a apreensão de "01 RIFLE CALIBRE 44WCF (modelo 18T3 desmuniado) e uma ESPINGARDA CALIBRE 12 de fabricação artesanal", além de três garrafas de vidro com líquidos inflamáveis, conhecidas como "Coquetel Molotov"). Tais circunstâncias denotam a periculosidade social do Paciente e justificam a segregação como forma de garantir a ordem pública, nos termos exigidos pelo artigo 312, do Código de Processo Penal. 5 – Quanto à aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, havendo fundamentos concretos para justificar a prisão preventiva, torna-se incabível a substituição, por serem as medidas menos gravosas insuficientes para acautelar a ordem pública. 6 – Eventuais condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, garantir a revogação da segregação, quando há nos autos elementos suficientes a autorizar a manutenção da custódia. 7 – Ordem denegada. (TJ-CE – HC: 06255682920208060000 CE 0625568-29.2020.8.06.0000, Relator: HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO, Data de Julgamento: 03/06/2020, 2ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 03/06/2020) Nesta linha de intelecção, ao proferirem comentários sobre a segregação preventiva como meio de garantir a ordem pública, novamente, ensinam Nestor Távora e Rosmar Rodrigues de Alencar¹⁹ que: "Se os maus antecedentes, ou outros elementos probatórios, como testemunhas e documentos, revelam que o indivíduo pauta seu comportamento na vertente criminosa, permitindo ao magistrado concluir que o crime apurado é mais um, dentro da carreira delitiva, é sinal de que o requisito encontra-se atendido". No ensejo, resta cristalino que os requisitos da prisão preventiva afloram com bastante nitidez do acervo probatório ora coligido, tornando o paciente, desta forma, adstrito à privação de seu jus libertatis, ainda que no transcorrer do processo a que responde, ao menos por ora. Destarte, não merece ser acolhida a alegação de ausência de fundamentação da decisão que decretou a prisão cautelar, porquanto demonstrada a sua imperiosa necessidade, segundo os requisitos previstos no direito objetivo, mais especificamente indícios de autoria e materialidade delitivas e a garantia da ordem pública. Depreende-se, assim, que a decisão primeva encontra-se suficientemente fundamentada, baseando na gravidade concreta do delito, em especial a existência de munições deflagradas e a informação de que o paciente integra facção criminosa. Como terceiro ponto de irresignação, a impetrante suscita argumentos sobre as condições pessoais do paciente, a exemplo da primariedade, residência fixa, trabalho de carteira assinada, com o objetivo ter revogada a prisão preventiva contra si decretada. Porém, não foram demonstradas tais alegações, isto porque, não foi colacionado ao caderno processual comprovante de que o paciente reside, de fato, no endereço informado, considerando que o documento apresentado está em nome de terceiro, sem qualquer demonstração de correlação com o paciente. Não foi demonstrado que o paciente se encontra, de fato, empregado, uma vez que os documentos apenas anunciam vínculos já encerrados. Ademais, apenas foram acostados os antecedentes criminais emitidos pela Polícia Federal.

Destaca-se o entendimento prevalente no Superior Tribunal de Justiça, de que a existência de condições pessoais favoráveis não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes um dos requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema. Assim, são os julgados exemplificativos: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE CONCRETA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUPOSTOS PREDICADOS PESSOAIS FAVORÁVEIS QUE NÃO IMPEDEM A SEGREGAÇÃO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA, NO CASO. RECURSO DESPROVIDO. 1. A decretação da prisão preventiva está suficientemente fundamentada, tendo sido amparada na especial gravidade da conduta, evidenciada pelo modus operandi do delito – o Recorrente "de posse de uma arma branca, por motivo fútil, desferiu vários golpes contra a vítima", "em local em que havia inúmeras pessoas". Tais circunstâncias são aptas a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública. 2. A existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema. 3. Consideradas as circunstâncias do fato e a gravidade da conduta, não se mostra suficiente, no caso, a aplicação de medidas cautelares diversas, nos termos do art. 282, inciso II, do Código de Processo Penal. 4. Recurso ordinário desprovido. (STJ – RHC: 127656 PR 2020/0124908-3, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 11/05/2021, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/05/2021) HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. HABEAS CORPUS DENEGADO. 1. Apresentada fundamentação idônea para a manutenção da prisão preventiva, consubstanciada nas circunstâncias fáticas que demonstram a gravidade concreta do crime de homicídio qualificado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, destacando que os acusados agiram com ânimo excessivamente criminoso ao decidir eliminar a vida da vítima. 2. A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no modus operandi do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Precedentes. 3. Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia preventiva, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. 4. Habeas corpus denegado. (STJ – HC: 578196 SP 2020/0102421-4, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 06/10/2020, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/12/2020) PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. QUANTIDADE DE ENTORPECENTE APREENDIDO. PREDICADOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. [...] 3. Condições subjetivas favoráveis do recorrente, por si só, não impedem a prisão cautelar, caso se verifiquem presentes os requisitos legais para a decretação da segregação provisória (Precedentes). 4. Recurso desprovido."(RHC 90.306/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 04/09/2018.) Por tais razões, não se vislumbram os vícios suscitados pelo impetrante, encontrando-se devidamente justificada segregação cautelar do paciente. Nesse mesmo sentido é o parecer da Procuradoria de Justiça, in

verbis: Com efeito, nota-se que decisão segregatória, carreada ao ID 67445285, está devidamente fundamentada, preenchendo, in totum, as exigências do art. 312 do Código de Processo Penal, inclusive no que diz respeito à contemporaneidade. Nota-se que a mencionada prisão reflete a necessidade de garantir a ordem pública em decorrência da gravidade concreta da conduta perpetrada e da periculosidade do paciente, como bem ressaltou o juízo primevo nos informes do ID 67911999. [...] Demonstrada a necessidade da custódia para manutenção da ordem pública, resta afastada, por consequência lógica e natural, a possibilidade de concessão de cautelares alternativas. Por fim, não se olvide que a posse de condições pessoais favoráveis não tem o condão de, isoladamente, ensejar a soltura do paciente, como entende esta e. Corte de Justiça. [...] Assim, a constrição guerreada deve ser mantida. CONCLUSÃO Destarte, pugna-se pelo conhecimento e pela denegação do writ. (id. 68230313) Por conseguinte, havendo fundados indícios de autoria e materialidade delitiva, assim como circunstâncias que, no caso concreto, recomendam a manutenção da custódia preventiva, faltam, ao impetrante, motivos suficientes para ver reparada a hipotética coação ilegal. Diante desta conjuntura, levando em consideração a presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, não há que se falar em aplicação de medidas cautelares diversas à prisão, razão pela qual fica tal pleito, igualmente, rechaçado. In terminis, percebe-se, por todos os fundamentos mencionados, que a argumentação delineada pela Defesa Técnica do Paciente para o resultado positivo do writ NÃO deve prosperar.

3. Conclusão Ex vi positus e à luz dos dispositivos legais concernentes à matéria, voto no sentido de CONHECER E DENEGAR A ORDEM DE HABEAS CORPUS ora requerida, mantendo-se incólume o decreto prisional vergastado. Salvador/BA, 29 de agosto de 2024. Des. Geder Luiz Rocha Gomes – 2ª Câmara Crime 1ª Turma Relator GLRG II 447 1 Art. 5º. Omissis. (...) LXVIII– conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder 2Art. 256 – O habeas corpus pode ser concedido, de ofício, no curso de qualquer processo, ou impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, e pelo Ministério Público. 3 SARLET, Ingo Wolfgang. Comentários à constituição do Brasil. 2. ed. SaraivaJur. 4 MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 5 O Habeas Corpus no Brasil. São Paulo: Atlas, 2009, pp. 14, 17 e 24. 6 Direito processual penal / Aury Lopes Junior. – 17. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020, p. 1743 7 Direito processual penal / Aury Lopes Junior. – 17. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020., pp. 1744/1745. 8 Manual de processo penal: volume único / Renato Brasileiro de Lima – 8. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020, p. 1848. 9 Idem, p. 31 10Manual de processo penal: volume único / Renato Brasileiro de Lima – 8. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020. 11 Art. 5º. Omissis. (...) LXI – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei; 12 CANOTILHO, J.J Gomes. Comentários à Constituição do Brasil. J. J. Gomes Canotilho...[et al.] ; outros autores e coordenadores Ingo Wolfgang Sarlet, Lenio Luiz Streck, Gilmar Ferreira Mendes. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. 13 BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. 14 LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2020. 15 op.cit. 16 op.cit. 17Apud Curso de direito processual

penal / Guilherme de Souza Nucci. – 17. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 997. 18Apud Idem, pp. 997–998. 19 Curso de Direito Processual Penal. Nestor Távora e Rosmar Antonni Rodrigues C. de Alencar. 2ª ed. Rev., ampl. e atual. Salvador: Jus Podivm, 2009, pp. 464–465.